

O CONTROLE INTERNO E AS COOPERATIVAS

Avani Rubin Durlo¹

Stèle Bicca da Silva Carlesso²

RESUMO

Este trabalho foi realizado com o objetivo de se verificar a aplicabilidade de Controle Interno em Cooperativas. Para isso, fez-se um levantamento do funcionamento das Cooperativas, com sua origem, evolução, classificação, surgimento e desenvolvimento no Brasil e atual situação de suas diversas divisões no ambiente econômico nacional e mundial. Paralelamente também é feito um estudo sobre o Controle Interno, sua origem, definição, classificação, em que situações é aplicado e alterado, de quem é cobrado e para quem é feito e alterações necessárias, quem pode alterar e quais benefícios e/ou transtornos pode trazer para a empresa que aplica. Todo o estudo de Controle Interno sendo aplicado em Cooperativas.

Palavras-chave: Controle Interno; Cooperativas.

INTRODUÇÃO

Numa análise ao mercado no país, acredita-se que as cooperativas são uma boa saída e a solução para diversos problemas na nossa sociedade.

Nas Cooperativas existem várias falhas que ocorrem e tem-se que procurar a melhor solução para saná-los.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UFSM, e-mail: avani@almedic.com.br

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UFSM, e-mail: stete@pop.com.br

Para poder resolve-los, procuram-se conhecer e demonstrar mais profundamente as Cooperativas, seu funcionamento, planejamento e desenvolvimento de toda a organização.

Para solucionar os problemas, estudar-se-á, também o Controle Interno, seus conceitos, onde atua, atribuições e como desenvolver da melhor maneira possível para aplicação nas entidades, principalmente nas Cooperativas.

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO COOPERATIVISMO

1.1 Cooperação, Cooperativa e Cooperativismo:

É freqüente a afirmação de que existem, basicamente, duas classificações de empresas: as que visam essencialmente à obtenção do lucro e as que buscam, predominantemente, objetivos sociais.

No primeiro caso, há uma forma relativamente simplificada de se avaliar o desempenho das empresas e também de seus administradores, em relação à consecução de seus fins lucrativos, basta, por exemplo, comparar os resultados obtidos com os recursos aplicados, logo quanto maior for o lucro alcançado em suas operações, melhor será a performance da empresa e também de seus dirigentes.

No segundo caso, torna-se muito mais difícil e complexo de avaliar o desempenho das empresas cujos objetivos predominantes são os sociais. O resultado econômico-financeiro não representa a base da avaliação. Trata-se, principalmente, de mensurar o progresso da empresa relativamente aos objetivos sociais não só em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos.

Para melhor compreender a especificidade da empresa cooperativa, acredita-se ser útil uma abordagem sobre os conceitos e definições de cooperação, cooperativa e cooperativismo.

Pereira (1993, p.5) diz que:

Cooperação, vem do verbo latino cooperari, de cum e operari = operar juntamente com alguém. Significa trabalhar junto, trabalhar em conjunto. É uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que as pessoas

se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo.

Para Oliveira (1979, p.7):

O cooperativismo é uma doutrina social que visa à renovação social, através da cooperação. No sentido de doutrina, o cooperativismo tem por objetivo a correção do social pelo econômico através de associações de fim caracterizadoras da cooperativa: econômica e social.

As cooperativas são disciplinadas através da Lei 5.764 de 16/12/71 que em seu artigo 4º, assim as define: “... são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados...”

Diante disto, pode-se definir *cooperativa* como um empreendimento de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma pessoa jurídica pertencente a todos e democraticamente administrada.

1.2. As Origens do Cooperativismo:

Segundo OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, (1996, p, 23), a cooperação sempre existiu nas sociedades humanas, desde as eras mais remotas, estando sempre associadas às lutas pela sobrevivência, as crises econômicas, políticas e sociais, bem como as mudanças. Os melhores exemplos de cooperação aparecem quando se estuda a organização social dos antigos povos como babilônicos, gregos, chineses, astecas

Entre os babilônicos, nos primórdios da civilização, havia certa forma de arrendamento de terras para exploração em comum; os gregos e romanos conheciam sociedades de auxílio mútuo para enterro e seguros, etc. Chega-se mesmo a afirmar que os primeiros cristãos esboçaram os rudimentos das cooperativas de consumo, ao escolher um grupo de pessoas encarregadas do provisionamento de gêneros alimentícios, destinados ao consumo comum.

O cooperativismo teve um grande impulso na Inglaterra, com a Revolução Industrial, quando ocorriam lutas entre os trabalhadores, por ocasião de grandes convulsões sociais e políticas. Com o aparecimento de tantos movimentos, doutrinas e teorias aparentemente chamados a alterar o

mundo dessa época em pouco tempo, surgiram as primeiras manifestações, reais e positivas do cooperativismo, com a fundação da sociedade dos pioneiros de Rochdale a 21 de dezembro de 1844, data esta considerada como marco fundamental do cooperativismo no mundo.

Para Pereira (1993, p.12) “O cooperativismo nasceu da crise social gerada pelo capitalismo, não da ideologia capitalista, sendo que as idéias cooperativistas inspiram-se na corrente liberal”.

1.3. Os Pioneiros de Rochdale

A iniciativa dos tecelões de Rochdale teve conseqüências prodigiosas na evolução dos fatos sócios-econômicos. A importância adquirida pelo sistema cooperativo em todo o mundo confirmou-se no Congresso da Aliança *Cooperativa* Internacional.

O que se fizera até então não passara de tentativas e ensaios, quase sempre frustrados, porque faltavam na prática métodos seguros de organização e de funcionamento.

Em 21 de dezembro de 1844, no bairro de Rochdale, pequena cidade da Inglaterra, 27 tecelões e uma tecelã fundaram a "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale" com o resultado da economia mensal de uma libra de cada participante durante um ano.

Tendo o homem, e não o lucro, como principal finalidade, os tecelões de Rochdale buscavam naquele momento uma alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo ganancioso que os submetiam a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças - que trabalhavam até 16h - e do desemprego crescente advindo da revolução industrial.

Naquele momento a constituição de uma pequena *cooperativa* de consumo no então chamado "Beco do Sapo" (*Toad Lane*), estaria mudando os padrões econômicos da época e dando origem ao movimento cooperativista. A *cooperativa* organizada de admirável capacidade de sobrevivência, não como de um acaso feliz, mas sim em virtude da justeza de seus princípios e dos métodos administrativos nela empregados.

Este pequeno armazém cooperativo, por eliminar o lucro do comerciante, permitiu que os operários adquirissem mercadorias a preços mais reduzidos e permitiu ainda criar um capital social para outras realizações.

Para isso tiveram que estabelecer uma série de regras, por exemplo, cada um deveria dar para construir o fundo da sociedade, quem administraria a empresa, a que preço deveria ser vendido as mercadorias, se alguém teria direito de retirar o dinheiro quando saísse da sociedade, qual o destino das sobras, etc. Anotaram as regras em um papel, sendo assim criado o estatuto da Cooperativa.

Tal iniciativa foi motivo de deboche por parte dos comerciantes, mas logo no primeiro ano de funcionamento o capital da sociedade aumentou para 180 libras e cerca de dez anos mais tarde o "Armazém de Rochdale" já contava com 1.400 cooperantes. O sucesso dessa iniciativa transformou as experiências dos pioneiros de Rochdale em símbolo, e os princípios elaborados pelos 28 tecelões no ano de 1844 são, na grande maioria, até os dias atuais seguidos em todos tipos de cooperativas.

O cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua forma igualitária e social o cooperativismo é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas sócio-econômicos.

2. O COOPERATIVISMO NO BRASIL

O cooperativismo surgiu no Brasil, apenas no final do século XIX. A principal causa de interesse por este novo tipo de sociedade foi a situação sócio-econômica criada com a abolição da escravatura. Parece, no entanto, que a conjuntura econômica brasileira da época, cuja evolução se deve a vários fatores, tais como o processo de industrialização, o aparecimento de imigrantes, de forma significativa, nas atividades econômicas, etc., criaram condições favoráveis para a organização das primeiras cooperativas.

A difusão das idéias cooperativistas no Brasil reflete as duas principais tendências que marcaram a evolução do pensamento cooperativo europeu:

Durante quase 80 anos, o cooperativismo brasileiro apresenta-se marcado pelo conteúdo doutrinário rochdaleano que desde o final do século passado chegou aqui através dos dois principais centros da irradiação da cultura ocidental: a França e a Inglaterra.

Atualmente, as cooperativas tentam combinar o enfoque qualitativo de promoção da atividade humana solidária à racionalidade pragmática empresarial; em outros termos, deixam de ser apenas idealistas para se firmarem na economia de mercado como cooperados-empresários.

O movimento cooperativista no Brasil tomou força com o advento da Lei 22.239, em 1932, que decretou o cumprimento dos fundamentos do Cooperativismo.

As primeiras cooperativas brasileiras foram concentradas, na sua maioria, em consumo e em crédito. A primeira cooperativa, no Brasil, surgiu no ano de 1891 na cidade de Limeira, estado de São Paulo, e denominava-se Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica.

A partir desta surgiram muitas outras. As de consumo surgiam, na maioria das vezes, para atender não só os funcionários de empresas, como também os servidores públicos; as de crédito, principalmente para o setor rural e os bancos populares.

No entanto, somente a partir do ano de 1902 é que se inicia um movimento mais genuíno do tipo Raiffeisen, através de Caixas Rurais, surgidas no Rio Grande do Sul, tendo como grande colaborador o padre suíço Theodoro Amstadt, que trabalhou entre os colonos alemães.

As cooperativas agrícolas se desenvolveram mais tarde, destacando-se entre elas as cooperativas vinícolas, as tritícolas, as madeireiras, as de laticínios, etc.

A crise de 1929 atingiu como grande vítima a cafeicultura, que conseguiu encontrar no cooperativismo as condições de defesa, tanto no mercado interno, como no internacional, de onde convergiam seus problemas mais relevantes, foi a partir desta época que as cooperativas agrícolas tomaram grande impulso no Brasil.

Os grandes proprietários geralmente dispunham de maior poder de influência, o que lhes permitia solucionar seus problemas satisfatoriamente, não sentido a necessidade de unir-se com outros produtores. O mesmo não acontecia com os pequenos produtores, para quem a união era a base para melhorar as condições de vida.

3. CLASSIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO BRASIL

3.1 De Consumo - subdividem-se em abertas e fechadas:

3.1.1 Abertas, ou populares são as que admitem qualquer pessoa que queira a elas se associar. Como no cooperativismo internacional, também no Brasil as primeiras cooperativas foram as de consumo. O surgimento deste tipo de cooperativa no Brasil se deu por volta de 1887 com a Cooperativa dos Empregados da Companhia Paulista, na cidade de Campinas(SP). Dois anos depois, em Ouro Preto (MG), foi criada uma Sociedade Econômica Cooperativa. Já em 1891, na cidade de Limeira(SP) foi fundada a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. No Rio de Janeiro, então Distrito Federal, surgiu a Cooperativa Militar de Consumo no ano de 1894. No outro ano foi constituída a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco.

3.1.2 Fechadas, são as que admitem como cooperadas somente pessoas ligadas a uma mesma empresa, sindicato ou profissão, que, por sua vez, geralmente oferece as dependências, instalações e recursos humanos necessários para o funcionamento da cooperativa. Isso pode resultar em menor autonomia da cooperativa, pois muitas vezes essas entidades interferem na sua administração.

3.2 Agropecuárias

A partir de 1907, em Minas Gerais, foram organizadas as primeiras cooperativas agropecuárias. João Pinheiro, Governador do Estado, lançou seu projeto cooperativista com o objetivo de eliminar os intermediários da produção

agrícola, cuja comercialização era controlada por estrangeiros. O café era o carro-chefe das suas preocupações e criou-se uma seção exclusiva para o produto, com concessão de isenções fiscais e estímulos materiais. As cooperativas agropecuárias também foram surgindo no Sul do Brasil, principalmente nas comunidades de origem alemã e italiana, conhecedoras do sistema cooperativista europeu, tendo como seu principal divulgador o italiano Stéfano Paterno. As cooperativas agropecuárias dividem-se conforme os tipos de produtos com os quais trabalham. Muitas são mistas, ou seja, têm mais de uma seção: a de compras em comum (para compra de insumos, adubos, sementes, instrumentos etc.) e a de vendas em comum (venda dos produtos dos cooperados).

O cooperativismo agropecuário já se estendeu a todo o território nacional. É o mais conhecido pela sociedade brasileira participando significativamente nas exportações, o que engorda a Balança Comercial e, ao mesmo tempo, abastece o mercado interno de produtos alimentícios. Ele presta um enorme leque de serviços – desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional aos cooperados. As cooperativas agropecuárias formam, hoje, o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro.

3.3 De Crédito

Elas são fechadas, isto quer dizer que são restritas. Apesar das dificuldades a qual se traduz pela negação que lhe é dada em obter os mesmos instrumentos que são oferecidos ao sistema financeiro corrente. Seus cooperados podem fazer aplicações financeiras, bem como pegar crédito para financiar suas despesas.

3.4 De Saúde

Junta-se em um mesmo ramo as cooperativas de trabalho e cooperativas de consumo, pois reúne os profissionais e usuários da área da saúde.

3.5 De Eletrificação Rural

É constituído por cooperativas que têm por objetivo prestar coletivamente um determinado serviço ao quadro social, aqui no Brasil a mais conhecida é a de eletrificação rural que tem como objetivo o fornecimento de serviços de energia elétrica ou de gerar sua própria energia e repassar para a comunidade.

3.6 Educacional

É composta por cooperativas de pais e atividades afins, e de cooperativas de professores ; estas cooperativas são mantenedoras de uma escola, cujos alunos são filhos de cooperados.

3.7 Habitacional

É a que reúne pessoas que necessitam de moradia; seus serviços consistem em aquisição de terrenos bem como a construção de casas ou prédios residenciais.

3.8 De produção

Sua composição é de cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias, onde reúne pessoas dispostas a serem as donas dos próprios meios de produção, ou seja, por operários ou trabalhadores que são donos de sua fabrica e dividem entre si o resultado da comercialização que produziram, conforme o que cada um trabalhou para produzir.

3.9 Especial

Sua composição é de cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas: deficientes físicos, sensoriais, psíquicos e mentais, dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, dependentes químicos, pessoas egressas de prisões, os condenados a penas alternativas á detenção e os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo, pois apesar das suas dificuldades, essas pessoas conservam a sua capacidade de produção.

3.10 De Trabalho

É no setor informal que observamos a expansão das cooperativas de trabalho; estas reúnem trabalhadores onde os seus serviços consistem em conseguir clientes ou serviços para estes cooperados, fornecer capacitação e treinamento técnico entre outros.

4. AS NORMAS COOPERATIVISTAS

A Doutrina Cooperativista é humanista, atribui ao homem importância fundamental, bem como a seus interesses e aspirações. No cooperativismo o homem é o centro de tudo. A doutrina prima pela liberdade, principalmente a econômica, mas não se abstém da liberdade social e democrática. A igualdade é princípio básico do cooperativismo, pois não existem distinções de nenhuma espécie. No cooperativismo todos devem ser solidários, portanto a solidariedade está incorporada à doutrina, bem como à racionalização de todas as ações do cooperado.

As normas encontradas no estatuto da cooperativa de Rochdale foram analisadas e debatidas em dois congressos internacionais promovidos pela ACI - Associação Cooperativa Internacional em 1937, no 15º Congresso da ACI, realizado em Paris, foi aprovada a atualização dos princípios cooperativistas, divididos em duas categorias, da seguinte forma:

Princípios essenciais como condição de adesão à ACI: adesão aberta; controle ou gestão democrática; distribuição das sobras (ou excedentes) *pro-rata*, das transações e juros limitados ao capital.

Métodos Essenciais de ação e organização: neutralidade política e religiosa; compras e vendas a vista e promoção da educação.

No Congresso da ACI de 1966, em Viena, os princípios cooperativistas foram aprovados com a seguinte redação: Adesão livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social); gestão democrática; distribuição das sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados *pro-rata* das operações; taxa limitada de juros ao capital social; constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em

geral; ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional.

Adotados oficialmente e universalmente como "princípios cooperativistas", e posteriormente, em 1995 na Conferência Centenária desta mesma ACI, realizada em Manchester na Inglaterra, foram aprovados os novos "princípios básicos do cooperativismo" que nortearão o movimento em todos os países. Foram eles:

4.1 Adesão Livre e Voluntária

Cooperativas são organizações voluntárias abertas para todas as pessoas aptas para usar seus serviços e dispostas a aceitar suas responsabilidades de sócio sem discriminação de gênero social, racial, político ou religioso. Para participar, a pessoa deve conhecer e decidir se tem condições de cumprir os acordos estabelecidos pela maioria, ou seja, cumprir as normas estatutárias.

4.2 Gestão Democrática pelos Sócios

As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios. Os cooperados, reunidos em assembleia, discutem e votam os objetivos e metas do trabalho conjunto, bem como elegem os representantes que irão administrar a sociedade. Nas cooperativas primárias, os sócios têm igualdade na votação (um sócio, um voto, não importando a quantia de cotas). As cooperativas de outros níveis também são organizadas de maneira democrática.

4.3 Participação Econômica do Sócio

Os sócios contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Eles usualmente recebem uma compensação limitada, se houver alguma, sobre o capital subscrito, como uma condição da sociedade. Os sócios alocam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de reservas, parte dessas podendo ser indivisíveis; benefícios aos sócios na proporção de

suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.

4.4 Autonomia e Independência

As cooperativas são organizações autônomas de auto-ajuda, controladas por seus membros(sócios), que são os donos do negócio. Se elas entram em acordo com outras organizações, incluindo governamentais ou recebem capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que assegurem o controle democrático de seus sócios e mantenham sua autonomia.

4.5 Educação, Treinamento e Informação

As cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários, assim eles podem contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles formam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

4.6 Intercooperação

É muito importante que o movimento cooperativista esteja unido para enfrentar a concorrência e atingir suas metas tendo em vista o bem comum. Aqui vale o Princípio “a união faz a força”. Neste aspecto, apresente-se um dos objetivos das cooperativas centrais ou federações e das organizações com fatores de integração global do Sistema Cooperativista.

4.7 Interesse pela comunidade

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros. Promovem o bem-estar de suas comunidades, com execução de programas sócio-culturais, não sendo uma mera forma de tornar produtivo o capital, mas tornar produtiva a atividade do homem, valorizando o trabalho e a participação social.

O estatuto da Aliança Cooperativa Internacional – ACI caracteriza a sociedade cooperativa por sua dupla natureza:

- Social – enquanto é formada por pessoas que participam da sociedade;
- Econômica – enquanto busca resultados positivos, sob a ótica econômica.

A livre adesão, a singularidade do voto e a distribuição das sobras conforme as operações realizadas pelo cooperado, bem demonstram a cooperativa como pessoa jurídica com forma e natureza jurídica própria, distinta das sociedades civis e comerciais. De fato, nessas duas últimas, o voto e a distribuição dos lucros são feitos de forma proporcional ao capital investido e, em se tratando de sociedade de pessoas, somente com a concordância dos sócios pode haver o ingresso de outros.

5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS COOPERATIVAS

A lei 5.764/71, em seus artigos de 38 a 56, estabelece os órgãos de administração como:

5.1 Assembléia Geral dos associados, conforme artigo 38 da lei em questão, é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais, tendo poderes para decidir os negócios relativos à sociedade e tomar resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa da mesma, traçar objetivos e metas para que a cooperativa possa prosperar e evoluir. Suas deliberações vinculam todos, ainda que ausentes ou discordantes.

5.2 Conselho de Administração: Formado exclusivamente por membros associados da cooperativa eleitos em assembléia geral, segundo os artigos 47 a 55 da Lei 5.764/71, tem como função interpretar e pôr em prática as decisões da Assembléia Geral, formular, planejar e traçar normas para as operações e serviços e controlar os resultados da cooperativa são as principais atribuições do Conselho de Administração. Devera organizar a cooperativa em unidades, departamentos, divisões e seções.

5.3 Conselho Fiscal, Formado por membros associados da cooperativa, conforme artigo 56 da Lei 5.764/71, em sua função como órgão colateral da

administração, deve acompanhar a vida da cooperativa em todos os seus aspectos, vida que é razão de ser, seus próprios interesses econômico-sociais. São atribuições do conselho fiscal: contribuir com o aconselhamento e vigilância para o funcionamento regular da cooperativa, além de propor sugestões e dar opiniões a administração.

Dentro desta estrutura organizacional nota-se a necessidade de mostrar a importância do controle interno visando o melhor controle e planejamento para as cooperativas.

6. CONTROLE INTERNO

A palavra “Controle”, do francês *contrôle*, significa o ato ou poder de controlar, verificar, averiguar. Na França do século XVII, *rolê* era um registro oficial em que se escreviam nomes, e *contra-rolê* um outro registro que efetuava o confronto com o original e servia para verificação dos dados.

Almeida (2003,p.63) define:

O Controle Interno compreende um sistema de informações de um plano organizacional e de todos os seus métodos e medidas adotadas em uma entidade com o objetivo de proteger o seu patrimônio e informar ao gestor sobre evidências de fraudes, corrupção e má administração. Controle Interno é um conjunto de recursos, métodos e processos adotados pelas próprias empresas com vista a impedir o erro, a fraude e a ineficiência.

Um sistema de Controle Interno é um conjunto de procedimentos coordenados aplicados na organização para proteger seu patrimônio que se aplica na eficiência operacional, cumprimento de normas, verificação da exatidão dos dados e informações da empresa.

Para o mesmo autor (p.65):

Os objetivos principais deste *Controle Interno* são:

- proteger os bens e direitos das entidades;
- estimular a obediência às normas internas da organização;
- motivar os empregados à eficiência operacional;
- conferir a qualidade e exatidão do fluxo de informações.

Cada empresa terá seus objetivos e metas a serem atingidos, devendo cada empresa montar da melhor forma possível os seus Controles Internos. Em se detectando falhas, altera-se os princípios de Controle Interno para não mais ocorrerem. Logo, no Controle Interno devem constar procedimentos, políticas e parâmetros de negociação, estratégias, estrutura e metodologia de organização, conceitos e atribuição de responsabilidade, procurando não deixar escapar nenhum detalhe do sistema de funcionamento e comunicação interna da empresa.

O Sistema de Controle Interno exerce suas atribuições através da Auditoria Interna e através do sistema de Informações Gerenciais.

A Auditoria Interna pode ser considerada o ápice da pirâmide do sistema de Controle Interno, uma vez que a mesma supervisiona, normatiza, recomenda, fiscaliza e avalia o grau de confiabilidade dos controles internos da entidade, sem se confundir.

Atua predominantemente nas áreas administrativas, financeiras, contábeis e de controle da entidade. Realiza, também, estudos específicos em áreas de interesse da administração, com o objetivo de identificar desvios de recursos, de função, não aplicação de regras legais, entre outros.

O resultado e atuação de Controle Interno têm estreita relação com o grau de liberdade e independência que lhe é dado junto aos diversos órgãos da administração, e deve existir de uma forma transparente, trocando informações, antecipando dados e sugerindo mudanças.

O relatório do Comitê de Organizações Patrocinadoras (2002) define os controles internos como processo operado pelo conselho de administração, pela administração, bem como outras pessoas, ele existe para que se tenha uma segurança razoável quanto à busca dos objetivos na Confiabilidade de informações financeiras, na Obediência a leis e regulamentos aplicáveis, na eficácia e eficiência de operações.

O Ambiente do Controle “dá o tom” da organização, influencia na consciência do controle das pessoas que nela trabalham, representa o alicerce.

É necessário destacar um cuidado especial no momento de analisar os aspectos fundamentais e estruturais do Controle Interno da empresa. Preocupar-se em relacionar os tipos de riscos que a empresa poderá correr,

como legal, de mercado, de crédito, de liquidez, de imagem e conjuntura, procurando minimiza-los e elimina-los. O Controle Interno deve ainda garantir a eficácia dos resultados, não permitindo a possibilidade de falhas na realização e execução das rotinas do trabalho estabelecidas, garantindo que os processos e técnicas do sistema se desenvolvam exatamente como planejado, com eficiência, eficácia e economia de recursos.

Tem-se que o Controle Interno, se bem sistematizado, irá operar em toda a organização, de diversas formas e nos mais diferentes setores e pontos e pessoas da empresa, levando a resultados satisfatórios, sem erros nem falhas e de importância diferentes para cada setor, mas satisfatório para todos.

Atribuições de funcionários e setores internos da empresa devem ser claramente definidas e delimitadas através de manuais internos da organização. Isto serve para assegurar que os procedimentos de controle sejam executados, saber de quem são as responsabilidades no não cumprimento das tarefas e, ainda, detectar em que setores ocorreram falhas, erros e irregularidades. Tem que se ter o cuidado na atribuição de funções para que uma mesma pessoa não segregue funções incompatíveis, ou que ela mesma fiscalize seu trabalho, deixando que um setor faça o controle de outro nas rotinas internas.

Não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno sem que exista uma verificação do cumprimento do que foi determinado no sistema, revendo modificações e a necessidade de novas normas, pois nem sempre o que está escrito no papel pode ser integralmente colocado em prática, procurando detectar também erros e falhas no manual do sistema de controle interno.

Existe um consenso de que o controle interno vem para auxiliar no alcance dos objetivos da empresa como um meio e não um fim, sendo um conjunto de ações positivas tomadas pela entidade para favorecer o comportamento da entidade como um todo. O controle interno pode e deve fornecer segurança para a gerência de que a empresa está progredindo no sentido de cumprir seus objetivos.

O Controle Interno desenvolve suas funções através de modelos simplificados de Auditoria até os mais sofisticados e complexos como a de controladoria e se manifesta através de relatórios de controles, elaborado pelos responsáveis pela coordenação do trabalho de Auditoria e que expressam opiniões e recomendações aos gestores responsáveis pelas áreas auditadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como cooperativas são compostas por varias pessoas e todas querem saber a real situação em que ela se encontra no mercado, os seus gestores devem se preocupar em maneiras de apresentação e de soluções para as dificuldades ao longo da jornada.

Para amenizar estes problemas, um caminho a ser tomado é a cooperativa estar embasada em um controle interno bem especifico para que abranja todos os setores e partes da cooperativa, sem nunca se descuidar e revisar sempre se esta com o seu controle interno atualizado.

As cooperativas devem procurar adequar-se as normas do controle interno para proteger o seu patrimônio, evitando assim, fraudes, corrupção e má administração.

Todos os cooperados respondem de alguma forma, pelas responsabilidades da cooperativa. Logo devem estar a par de tudo o que ocorre dentro desta, para que ninguém seja prejudicado. Assim como possuem direitos a sobra, tem obrigações a cumprir. Deve haver uma troca recíproca de informações entre a cooperativa e seus associados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Um curso moderno e completo**. 6.ed. São Paulo:Atlas,2003.

ATTIE, William. **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 1987.

BOYNTON, Willian C., JOHNSON, Raymond N. e KELL, Walter G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL, Lei n.º 5.764, de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e de outras providencias. Disponível em:<<http://www.ocb.org.br>. >Acesso em: 05/03/2005.

Home page:< <http://www.ocb.org.br>.> Acesso em 04/04/2005.

Home page:< <http://www.cooperativa.com.br>> . Acesso em 15/03/2005.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo: guia prático**. Porto Alegre: AGE, 1979

PEREIRA, Anisio Candido. **Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas Brasileiras**.1993.325f. Tese (Doutorado em contabilidade) - Universidade de São Paulo, 1993.

POLONIO.W.A. Manual das sociedades cooperativas. 3.ed. São Paulo:Atlas,2001.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 3.ed. São Paulo:Saraiva, 2001.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

THE COOPERATIVE LEAGUE OF THE U.S.A. Administração Moderna de Empresas e Cooperativas. Tradução de Auripebo Berrance Simões. São Paulo:Atlas, 1975.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Pós Graduação em controladoria. 2004

VASCONCELOS, Y. L. Importância do Controle Interno nas Organizações x Controle de Caixa. Disponível em: <
http://www.auditoriainterna.com.br/control_e_interno>. Acesso em: 25/02/2005.